

DIRETAS POR DIREITOS!

Trabalhadores lutam por eleições para presidente da República e parlamentares que realmente representem os interesses da maioria do povo brasileiro e não somente de setores privilegiados da sociedade, como Temer quer fazer com as reformas trabalhista e da Previdência

Mais de 200 mil em Brasília, mais de 100 mil no Rio de Janeiro. E isso para falar só de dois atos que, na última semana, reuniram trabalhadores da cidade e do campo, aposentados, artistas, estudantes, movimentos por moradia, por terra, em torno de uma mesma bandeira: não ao fim dos direitos trabalhistas e da aposentadoria, e eleições diretas já. Esse é o único caminho para restabelecer a democracia no Brasil.

“Estamos nas ruas contra o que Temer chama de reformas, mas que na verdade são um grande desmonte contra os direitos dos trabalhadores, contra a Previdência pública, e a favor dos privilegiados de sempre, banqueiros, grandes empresários”, afirma a secretária de Formação do Sindicato, Neiva Ribeiro.

A dirigente lembra que com o golpe há um ano – quando o projeto eleito por mais de 54 milhões de brasileiros foi derrubado –, o governo e seus aliados no Congresso Nacional passaram a atacar os direitos dos trabalhadores. “A terceirização ilimitada já foi liberada e agora tentam passar a todo custo as reformas trabalhista e da Previdência. Inclusive gastando milhões de reais de dinheiro público, liberando verbas para parlamentares votarem a favor das propostas do governo. Mais uma prova de que não se trata de ajuste fiscal

nenhum, mas de cumprir o que foi acertado com os patrocinadores do golpe e maiores interessados nessa mudança: os bancos, de olho no lucro com a previdência privada, ao lado das grandes empresas querendo ganhar mais com os cortes de direitos.” Veja quadro na página 3.

Só as diretas salvam – Por isso, movimentos social e sindical estão unidos na luta por eleições diretas. “Se permitirmos que um novo governo seja escolhido em eleição indireta, pelos atuais deputados e senadores, ficaremos na mesma ou até pior. São exatamente esses parlamentares que aprovaram a terceirização ilimitada e apoiam toda a pauta de Temer que só não passou ainda graças à pressão da sociedade. Agora, se tirarmos Temer, mas permitirmos eleição indireta, eles passarão um trator e enterrarão nossos direitos rapidamente”, alerta Neiva, que convoca os trabalhadores a protestar. “Participe dos atos convocados pelo Sindicato e pelas frentes Brasil Popular e Povo sem Medo contra as reformas e por diretas já. Envie mensagem aos deputados (bit.ly/DepSP) e senadores (bit.ly/SenadoBR), pressionando por nenhum direito a menos. Só a luta te garante!” ✨



AO LEITOR

Fortaleça sua luta!

Trabalhadores organizados em torno de suas entidades representativas ajudam a fortalecer o país e defendem seus direitos, ampliando a democracia e a inclusão social. Nossa luta não é somente por melhores condições de trabalho e salário, mas por um país mais justo e igualitário.

Durante todo o ano, o Sindicato se mobiliza em ações ao lado dos bancários. Para manter nossa luta, por mais de uma década, conseguimos uma liminar isentando os bancários do imposto sindical. A liminar, no entanto, foi cassada pela Justiça em 2005. A partir de 2006, passamos a devolver a parte que cabe do tributo aos bancários cadastrados na entidade. Defendemos o fim do imposto sindical e sua substituição pela contribuição da negociação coletiva, decidida livremente em assembleia da categoria.

A participação do trabalhador é fundamental na resistência e garantia de direitos. Gostaria de agradecer a todos os associados que estiveram conosco em mais um ano. E convidar os que não são sindicalizados a participar das atividades da sua categoria.

Juvandia Moreira
Presidenta do Sindicato

Folha Bancária

Filiado à CUT, Contraf e Fetec-SP

Presidenta: Juvandia Moreira

Diretora de Imprensa: Marta Soares

e-mail: folhabancaria@spbancarios.com.br

Redação: André Rossi, Andréa Ponte Souza, Danilo Motta, Felipe Rousselet, Rodolfo Wroli e William De Luca

Edição Geral: Cláudia Motta

Diagramação: Fabiana Tamashiro e Linton Publio

Tiragem: 100.000 exemplares

Impressão: Bangraf, tel. 2940-6400

Sindicato: R. São Bento, 413, Centro-SP, CEP 01011-100, tel. 3188-5200

Regionais: **Paulista:** R. Carlos Sampaio, 305, tel. 3284-7873/3285-0027 (Metrô Brigadeiro). **Norte:** R. Banco das Palmas, 288, Santana, tel. 2979-7720 (Metrô Santana). **Sul:** Av. Santo Amaro, 5.914, tel. 5102-2795. **Leste:** R. Icem, 31, tel. 2293-0765/2091-0494 (Metrô Tatuapé). **Oeste:** R. Benjamin Egas, 297, Pinheiros, tel. 3836-7872. **Centro:** R. São Bento, 365, 19ª andar, tel. 3104-5930. **Osasco e região:** R. Presidente Castello Branco, 150, tel. 3682-3060/3685-2562

f /spbancarios You /spbancarios

www.spbancarios.com.br

CAIXA FEDERAL

Eleja delegados a congresso estadual

Assembleia é quarta 31 e todos devem participar; retirada de direitos e ataque ao banco público serão debatidos

Em assembleia na quarta 31, os bancários da Caixa escolherão delegados para representá-los no Congresso Estadual dos Empregados da Caixa. Será no auditório azul do Sindicato (Rua São Bento, 413, Centro), a partir das 19h.

Serão tiradas resoluções estratégicas para a luta de resistência dos empregados em defesa do banco público, dos empregados e por nenhum

direito a menos.

“Neste ano a participação é ainda mais importante. Vamos discutir a situação dos bancos públicos e dos direitos dos trabalhadores”, explica o coordenador da Comissão Executiva de Empregados da Caixa (CEE), Dionísio Reis.

O congresso será em 10 de junho, em São Paulo, e debaterá os temas que vão compor o 33º Congresso

Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), entre eles a defesa do banco pú-

blico, Saúde Caixa, Funcef e as reformas que ameaçam os direitos dos trabalhadores. ✚

TRABALHADORES COBRAM O NÃO DESCONTO DA GREVE

Em negociação, no dia 25, em Brasília, o diretor executivo do Sindicato, Dionísio Reis, coordenador da CEE, voltou a cobrar da Caixa a não retaliação aos trabalhadores que participaram da greve geral de 28 de abril. Em São Paulo, apesar de liminar conseguida pelo Sindicato, a Caixa efetuou o desconto e alegou falta de tempo hábil para evitar a cobrança. “O desconto do dia e os reflexos na carreira têm de ser revertidos, pois a greve é legítima e a Caixa está desobedecendo a liminar”, afirma o dirigente. A direção do banco ficou de formular proposta a respeito do dia 28. Foram discutidos também outros assuntos, como contratação, hora extra aos sábados. Leia íntegra na bit.ly/ReversaoDesconto28



AGNALDO AZEVEDO

BANCO DO BRASIL

Cassi: ESF deve ser ampliada

Aumento de usuários do programa de prevenção reduz despesas

Ampliar o número de participantes na Estratégia Saúde da Família (ESF) vai melhorar o uso da rede credenciada, na qual se concentra a despesa assistencial. Essa será uma das prioridades para a Cassi neste ano, de acordo com o diretor de Saúde e Re-

de de Atendimento, William Mendes.

Ele explica que os participantes vinculados à ESF apresentam despesa per capita até 30% menor com o atendimento na rede credenciada, quando comparado aos beneficiários não cadastrados no programa de prevenção.

“Hoje a ESF totaliza 182 mil beneficiários. Estudamos a estrutura própria da Cassi, isto é, as 27 Unidades e as 65

CliniCassi, e sabemos onde é possível um crescimento mais rápido”, diz.

A Cassi pretende dotar esses espaços de mais recursos humanos, com equipes nucleares de família e médicos de pronto-atendimento. “No ambiente desses serviços, por dispormos de estrutura fixa com custos já pagos, temos condições de acolher com mais qualidade e mais humanidade.” ✚

bit.ly/ESFprioridade

SINDICATO

Assembleia avalia balanço da entidade

Transparência, democracia, participação. De acordo com os princípios que balizam a atuação do Sindicato, os bancários sindicalizados estão convocados para assembleia, nesta terça 30, para debater o balanço financeiro da entidade de 2016 (*conforme edital publicado na FB 6.077*). Será a partir das 18h30 no auditório azul do Sindicato (Rua São Bento, 413). É necessário apresentar crachá do banco ou holerite e documento com foto.

As demonstrações contábeis estão anexadas nesta edição da *Folha Bancária* e à disposição no site do Sindicato.

“Como fazemos todos os anos, publicamos o balanço detalhado para que os bancários possam acompanhar com total transparência a maneira e criteriosa como são administrados os recursos, na luta pelos direitos da categoria e por um país mais justo para todos”, afirma a secretária de Finanças do Sindicato, Rita Berlofa. ✚

EDITAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECEMENTOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.651.675/0001-95, com registro sindical no MTE sob nº L002P051, por sua presidenta, convoca todos os empregados do HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A., sócios e não sócios, dos municípios de São Paulo, Osasco, Barueri, Carapicuíba, Caucaia do Alto, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Jiquitiba, Pirapora do Bom Jesus, Santana do Parnaíba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista, para Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 1º do mês de junho de 2017, em primeira convocação às 10h30 e em segunda convocação às 11h, na subsele do Sindicato – Regional Paulista, situada à Rua Carlos Sampaio, nº 305, Bela Vista, São Paulo/SP, para discussão e aprovação da seguinte ordem do dia:

- Discussão e deliberação sobre a proposta de ADITIVO ao Acordo Coletivo de Trabalho, que tem por objeto a Participação nos Lucros ou Resultados, para o exercício de 2017, a ser celebrado com o HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A.;
- Discussão e deliberação sobre a proposta de ADITIVO ao Acordo Coletivo de Trabalho, que tem por objeto a manutenção pelo HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. da adesão à Lei 11.770/2008, para a prorrogação da licença-paternidade a todos os seus empregados;
- Discussão e deliberação sobre a proposta de renovação do Acordo Coletivo de Trabalho que tem por objeto a manutenção pelo HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A., da adesão à cláusula 58ª da Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2018.

São Paulo, 30 de maio de 2017
Juvandia Moreira Leite
Presidenta



Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região **FUT**

www.spbancarios.com.br

CNPJ 61.651.675/0001-95

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores(as) bancários(as) associados(as)

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da Diretoria com as Demonstrações Financeiras do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal, que destaca as principais ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano.

O período de 2016 entrou para a história como um ano de desafios e conquistas. Lutamos contra um golpe contra a retirada de direitos da Previdência, trabalhistas e sociais. O Sindicato se mobilizou em defesa da democracia, com luta, resistência e conquistas.

Foi o primeiro ano letivo da Faculdade 28 de Agosto. Fruto da experiência de quase 20 anos do Sindicato no seu Centro de Formação Profissional (CFP), a Faculdade 28 de Agosto é a primeira instituição de ensino superior com a supervisão de uma entidade sindical. Oferece o curso de Administração e recebeu excelentes avaliações em todos os critérios analisados pelo MEC. Em uma escala de 0 a 5, a instituição teve nota 4 nos critérios Organização Institucional e Corpo Social, e nota máxima em Infraestrutura.

Em defesa da Previdência pública, o Sindicato realizou o Seminário Conjuntura e Previdência Social, no mês de julho. Para alertar categoria bancária e população contra os falsos argumentos utilizados pelo governo Temer para justificar ataques à aposentadoria de milhões de trabalhadores. O Sindicato elaborou, ainda, a cartilha Entender e Defender a Previdência Social, em parceria com economistas.

CAMPANHA 2016 – Nossa campanha foi feita numa conjuntura de golpe e tivemos de fortalecer nossa luta. Com greve e mobilização conquistamos um acordo inédito para a categoria.

A forte participação dos bancários em todos os momentos da Campanha Nacional Unificada 2016 fez a diferença, mais uma vez, para assegurar novas conquistas à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos bancários.

A disposição de luta por valorização, melhores condições de trabalho e por uma sociedade mais justa e igualitária foi demonstrada na expressiva participação de trabalhadores que participaram da consulta para definir as prioridades da Campanha.

Foram 14.286 questionários respondidos pelos bancários da base do Sindicato. Nas cláusulas econômicas, as principais reivindicações foram por aumento real (81% das respostas); PLR maior (88%); fim das demissões, com mais contratações (73%); e melhores condições de trabalho, sem assédio moral ou metas abusivas (60%). Os trabalhadores também defendem os bancos públicos (88%), colocam-se contra a terceirização ilimitada (90%), aumento do tempo para se aposentar (67%) e mudanças que ameaçam férias, jornada extra e 13º salário (73%).

Esses apontamentos foram levados aos debates nas conferências estadual e nacional da categoria. Nessa última foi definida a pauta de reivindicações entregue à federação dos bancos (Fenaban). As pautas específicas encaminhadas ao Banco do Brasil e à Caixa Federal foram definidas nos congressos nacionais dos empregados.

Com o tema Só a luta te garante, os bancários tomaram as ruas da capital paulista, de Osasco e região. Conseguimos avançar numa campanha em que os bancos, desde o início, alegavam não ter condições de dar um reajuste digno para os trabalhadores. A pauta com as reivindicações foi entregue no dia 9 de agosto e, após cinco rodadas de negociação com a federação dos bancos (Fenaban), não houve acordo para o índice de reajuste e demais reivindicações.

Depois de diversas negociações, marcadas pela intransigência dos banqueiros, a categoria foi à greve. Os bancários se mobilizaram e o movimento ganhou a adesão de funcionários de agências e concentrações de bancos públicos e privados em todo o país. Setores estratégicos como os de tecnologia e call center também tiveram expressiva participação dos trabalhadores. Houve paralisação na Torre Santander, Bradesco Cidade de Deus e Ceic Itaú, entre outros. Após 31 dias de paralisação, os bancários de bancos privados e Banco do Brasil encerraram a greve. Os empregados da Caixa ficaram mais um dia em greve.

Nossa união e mobilização garantiu um acordo de dois anos, com avanços. A proposta aprovada pelos bancários foi reajuste em 2016 de 8% mais abono de R\$ 3.500. No vale-alimentação, aumento de 15%; e de 10% no vale-refeição e no auxílio creche-babá. Para 2017, a proposta é de reajuste com reposição da inflação (INPC) mais 1% de aumento real para os salários e todas as demais verbas.

A regra básica da Participação nos Lucros e Resultados será de 90% do salário mais valor fixo de R\$ 2.183,53. Assim, a parte fixa foi reajustada em 8%. A regra determina ainda que devem ser distribuídos no mínimo 5% do lucro líquido. Se isso não acontecer, os valores de PLR devem ser aumentados até chegar a 2,2 salários. Além disso, há a parcela adicional da PLR que corresponde a 2,2% do lucro dividido igualmente entre os bancários, com teto de R\$ 4.367,07, também reajustado em 8%.

O Comando Nacional dos Bancários avançou nas negociações com os ban-

cos e conquistou o abono total dos dias de greve.

A Campanha 2016 também garantiu ampliação da licença-paternidade, que passou de cinco para 20 dias. Foi criado um grupo de trabalho para analisar critérios de realocação e requalificação, com o objetivo de combater as demissões no setor.

Em uma conjuntura de ataque de direitos, os trabalhadores do Banco do Brasil e da Caixa Federal também tiveram avanços em seus acordos aditivos até 2018.

BANCO DO BRASIL – Foi mantida a manutenção do modelo semestral de PLR, que corresponde a um valor fixo mais 45% do salário paradigma – e Módulo BB, integrado por montante variável, além da distribuição linear de 4% do lucro líquido entre todos os bancários.

Outro avanço assegurado no acordo específico é o fracionamento em horas das ausências permitidas. Os bancários conquistaram a possibilidade de transformar os dois dias e abono de horas ao ano para acompanhar filhos com até 14 anos de idade a consultas médicas e odontológicas, e para participar de reuniões escolares. Mesmo critério será adotado para acompanhar filhos com deficiência, sem limite de idade. A regra vale para que bancários com deficiência possam fazer reparos ou manutenção de próteses ou órteses.

Questões relacionadas à igualdade de oportunidades, readequação de quadros na Ditec (Diretoria de Tecnologia) e BB Digital foram discutidas em mesas temáticas.

A atuação do movimento sindical foi fundamental na defesa dos bancos públicos e na orientação a bancários e clientes sobre as mudanças impostas pela direção do BB, com extinção de agências e postos de trabalho.

O plano de reestruturação, anunciado pelo banco em novembro, reduziu o quadro de funcionários, que aderiram ao Programa de Incentivo à Aposentadoria (PEAI). Em dezembro, durante audiência de mediação no Ministério Público do Trabalho, em Brasília, o banco prestou esclarecimentos sobre descomissionamentos e fechamento de agências. Os trabalhadores questionaram a isonomia de direitos e a falta de transparência e critérios objetivos para a recolocação dos funcionários afetados pelo plano de reestruturação, como também a perda salarial dos cargos.

O Sindicato também se mobilizou contra a falta de informação em relação aos investimentos no BB Digital. Em maio, após cobrança do Sindicato, a direção do banco deu explicações sobre o projeto e os dirigentes denunciaram que a forma unilateral como vem sendo implantado cria ambiente favorável ao assédio moral.

O movimento sindical também se manteve atuante contra o fechamento de vagas de escriturários nas agências.

Em junho, durante o 27º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil foi aprovada a paridade de gênero, que começa a valer em 2017.

O Sindicato também atuou ativamente para discutir a Cassi, com o objetivo de melhorar a sustentabilidade do plano, sem prejuízo aos assistidos. Em outubro, representantes dos assistidos da ativa, aposentados e do Banco do Brasil assinaram memorando de intenções, com proposta construída ao longo de quase dois anos de debate que mantém o princípio da solidariedade, o foco no modelo de atenção integral à saúde, a necessidade de ampliar a estratégia saúde da família e o atendimento para ativos, aposentados e pensionistas, sem perda de direitos.

CAIXA FEDERAL – A PLR foi composta da regra básica da Fenaban, de 90% do salário mais R\$ 2.183,53, limitado a R\$ 11.713,59 – mas ficando assegurado o mínimo de um salário ao empregado – e, ainda, do adicional de PLR, que equivale à distribuição de 2,2% do lucro líquido entre seus trabalhadores. Ainda foi garantida a PLR Social que distribui 4% do lucro líquido, mantida por dois anos.

Outro avanço foi a revisão do normativo RH 184, com a criação de um grupo de trabalho (GT) para discutir as normas e avançar no fim dos critérios objetivos de descomissionamento. A intenção é acabar com a arbitrariedade no processo, institucionalizada pelo RH 184 (versão 33) que fortaleceu a decisão com critérios subjetivos da chefia. Destaque para a implantação de uma comissão paritária – formada por representantes dos empregados e do banco – para discutir a situação dos caixas, com o objetivo de rever a extinção da função e a substituição de caixas efetivos por caixas minuto.

Após reivindicações dos trabalhadores, foram ofertadas 1,6 mil bolsas de estudos: até 300 para graduação, 500 para pós-graduação e 800 para idiomas; e garantia às empregadas mães, inclusive as adotivas, com filho de idade inferior a 12 meses, dois descansos especiais diários de meia hora cada um, facultado a opção pelo descanso único de uma hora.

Após muita luta, a Caixa renovou a cláusula referente ao parcelamento de férias em até 10 parcelas mensais e a manutenção do GT Saúde do Trabalhador, do Saúde Caixa e da mesa permanente de negociação; trazendo para a pauta a discussão dos impactos decorrentes da implantação de novos processos de trabalho.

Durante o ano, avançamos também na paridade de gênero, aprovada no Congresso Nacional da Caixa Federal, com validade para 2017. E a adoção do

princípio da paridade de gênero passou a ser obrigatória em 2016 no Conecel (Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal), conforme deliberação aprovada em 2013.

A forte mobilização dos trabalhadores contra a retirada de direitos, demissões e por um banco 100% público marcaram o ano de 2016. O movimento sindical dialogou com clientes e usuários sobre o risco de privatização do banco e as consequências para o país.

Foi intensificada a luta – com diversas mobilizações – contra a sobrecarga de trabalho nas agências, metas abusivas, contra a extinção da função de caixa, a ameaça à retirada do adicional de insalubridade dos avaliadores de penhor, entre outras.

Após luta, mantivemos a regra do Saúde Caixa, no qual os procedimentos assistenciais são custeados 70% pelo banco e 30% pelos trabalhadores e os ajustes só podem ser feitos se houver desequilíbrio nessa relação.

BRADESCO – O Sindicato manteve-se atuante em uma frente de resistência contra eventual processo de demissão em massa, enfraquecimento dos direitos trabalhistas e degradação das condições de trabalho após a compra do HSBC pelo Bradesco, com mobilização intensa e reuniões com representantes dos dois bancos. Em janeiro houve a aprovação da compra pelo Banco Central e em junho pelo Cade.

As Comissões de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco e HSBC acompanharam cada uma das questões relatadas pelos trabalhadores, buscando soluções para problemas relacionados à fusão. Entre os avanços está o recuo do banco em relação à mudança dos trabalhadores do Câmbio para o Casp, centro administrativo do HSBC na Vila Leopoldina.

Após mobilização, conquistamos o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos funcionários vindos do HSBC, considerando o período julho a dezembro de 2016, e não outubro a dezembro de 2016, quando passaria a contar a aquisição.

Cobrança do movimento sindical levou o banco a reduzir os juros cobrados dos bancários na modalidade crédito consignado e diminuiu a taxa de 2,72% para 2,34%.

Após denúncias de discriminação contra bancários pelo uso de barba no Bradesco, o Sindicato fez grande mobilização por entender que a proibição viola a individualidade do trabalhador. Nossa luta se mantém. Em 2010, o Bradesco já havia sido condenado pela Justiça do Trabalho a pagar indenização de R\$ 100 mil, destinada ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), por discriminação estética a seus funcionários que usavam barba.

Durante todo o ano foi intensificada a luta por emprego, com o fim das demissões e por contratações, em inúmeras paralisações e atos.

ITAÚ – Após cobrança do Sindicato foram reajustados os valores das bolsas de estudo. Dessa forma, foram 5,5 mil bolsas de R\$ 365 cada, em 2016, e de R\$ 390, em 2017. Sendo mil vagas destinadas a pessoas com deficiência e 500 para terceirizados.

Em fevereiro, o banco anunciou a incorporação de 259 trabalhadores da Pró-Imóvel. Desses, 222 são do estado de São Paulo. Os trabalhadores tornaram-se oficialmente bancários do Itaú, com todos os direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Em junho, o Sindicato conseguiu evitar a terceirização da Central de Previdência, no CAT, onde trabalham cerca de 160 bancários, resultado da mobilização e de negociações com o banco. Também em junho, após anos de luta, o Sindicato finalmente conseguiu do Itaú uma ambulância para o Centro Administrativo Tatuapé (CAT), onde trabalham mais de cinco mil funcionários.

Entre os exemplos de reintegração de funcionários, conquistados após cobrança do Sindicato, destaca-se o de uma bancária readmitida após sofrer aborto. O banco desrespeitou a CCT dos bancários, que garante estabilidade por 60 dias nesses casos. O Sindicato paralisou a agência e a ação deu resultado: a funcionária foi reintegrada. Outro caso de reintegração ocorreu com uma bancária com 13 anos de casa que estava às vésperas de retomar o tratamento contra um câncer. Após cobrança do Sindicato, o banco voltou atrás e readmitiu a trabalhadora uma semana depois de tê-la desligado.

O movimento sindical garantiu uma importante conquista aos trabalhadores que são participantes do Plano Itaúbanco CD. O excedente de R\$ 765 milhões do plano foi distribuído linearmente e creditado nos fundos de aposentadoria dos participantes. Esse valor foi gerado por desligamentos de funcionários, rentabilidade acima da inflação e ganho de uma ação judicial referente à imunidade tributária.

Durante todo o ano foi intensificada a luta por mais contratações e fim das metas abusivas. O Sindicato manteve a mobilização contra o assédio moral e a transformação das agências em Postos de Atendimento (PAs). E foi incisiva a atuação dos trabalhadores cobrando esclarecimento do banco em relação aos problemas nas agências digitais, como violações de condições de trabalho com jornada de oito horas e proibição do acesso aos dirigentes nos locais de trabalho, o que caracteriza práticas antissindicais.

SANTANDER – O Sindicato manteve-se firme e atuante em 2016 em defesa dos trabalhadores.

Em janeiro, o Santander suspendeu as mudanças nos horários e jornadas dos trabalhadores do call center Vila Santander Paulista (VSP), após questionamento do Sindicato. Outra vitória ocorreu em agosto, após paralisação no Vila contra o aumento das demissões no local.

Depois de cobrança feita pelo Sindicato, o Santander corrigiu erro na comunicação da seleção para as bolsas de estudo da instituição, no início do ano. Graças a uma conquista dos bancários ao lado do Sindicato, o banco forneceu 2,5 mil bolsas de estudo, sendo duas mil para graduação e 500 para pós-graduação, cobrindo 50% das mensalidades e limitando o reembolso a até R\$ 528,47 (com reajuste em dois períodos: janeiro e, em dezembro, o valor aumentou para R\$ 571 por mês).

Houve a assinatura do Acordo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria. Ele retroage a 1º de setembro de 2016 e vale até 31 de agosto de 2018. O Programa de Participação nos Resultados do Santander (PPRS) teve reajuste de 9,13% em 2016, que equivale a R\$ 2.200. Em 2017, a correção será pela inflação (INPC) mais 1% de aumento real. Além disso, conquistamos a possibilidade de parcelar em três vezes o salário adiantado por ocasião das férias.

Entre os exemplos de reintegração está o de uma bancária do Santander, demitida pelo banco mesmo em tratamento médico. A trabalhadora foi dispensada da instituição em abril de 2016 e reintegrada após ação judicial. Outra vitória ocorreu em outubro. Após uma ação movida pelo Sindicato, a Justiça do Trabalho condenou o banco a reconhecer o vínculo empregatício direto de uma trabalhadora terceirizada. Com a decisão, o Santander teve de pagar, retroativamente, as diferenças salariais relativas à função que a trabalhadora exercia.

Durante todo o ano o Sindicato atuou firmemente, realizando atos e paralisações, no combate à terceirização, às péssimas condições de trabalho e ao desrespeito a que esses trabalhadores são submetidos.

Em uma luta constante contra as metas abusivas, o Sindicato lançou a campanha Assuma o Controle, para enfrentar a sobrecarga e assédio que afetam a saúde do bancário. Os trabalhadores também se mobilizaram pela revisão das cobranças por resultados, mudanças na Avaliação de Qualidade Operacional (AQO), mais contratações e extensão do plano de saúde para dependentes.

FINANCIÁRIOS – Os financiários conquistaram aumento real, sendo o reajuste de 8% nos salários, além de um abono de R\$ 2 mil, reajuste de 10% no vale-refeição e no auxílio creche-babá, e de 15% no vale-alimentação. A Convenção Coletiva foi firmada por dois anos, com a garantia de reposição da inflação, acrescida de 1% de aumento real em 2017, sobre os salários e em todas as verbas.

Foi realizada em maio, com o tema Rumo à Organização do Ramo, a 1ª Conferência Nacional dos Financiários, para fortalecer ainda mais a unidade, definir estratégias de luta e estabelecer as prioridades da minuta da categoria e o calendário da campanha salarial.

TRABALHADORES EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO E MÚTUO – O Sindicato participou e celebrou a Convenção Coletiva de Trabalho, válida para o estado de São Paulo, com vigência de dois anos, sendo que as cláusulas econômicas devem ser renovadas em 2017. Em 2016, conquistaram aumento real, sendo o reajuste de 9,82% sobre os salários.

1º DE MAIO – O Dia do Trabalhador reuniu 50 mil pessoas no Vale do Anhangabá, em defesa da democracia, das empresas públicas e dos direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores, com atrações culturais e ato político.

Em Osasco houve o Desafio dos Trabalhadores, de corrida e caminhada.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES – Festa e lutas marcaram o 16º Cortejo Afro, que levou o debate da diversidade e do combate ao racismo pelas ruas do centro de São Paulo, em novembro.

O Bloco dos Bancários também animou as ruas do Centro Velho. Pelo oitavo ano seguido do cortejo carnavalesco e o segundo em que integra o calendário oficial do Carnaval de rua da cidade de São Paulo, junto com outras centenas de blocos.

O ciclo de debates Rapidinha no Sindicato continuou em 2016, com o tema Direito de Decidir. O projeto, iniciado em maio de 2013, tem como objetivo discutir o sexo e a sexualidade de forma a desmistificar preconceitos e tabus.

TRAVESSIA – Preocupado com a situação de meninos e meninas que moram nas ruas do Centro, o Sindicato criou, em 1995, a Fundação Travessia. Nesse período, o projeto desenvolveu iniciativas com o objetivo de reintegrá-los às famílias ou de evitar que outros, em situação de risco social, acabassem por trocar suas casas pelas ruas. Em 2016, a entidade desenvolveu seu trabalho de assistência social no Programa de Educação na Rua e no Núcleo de Desenvolvimento.

BANCREDI – A parceria com a cooperativa de crédito (Bancredi) a cada ano consolida seu sucesso. Somente em 2016, a cooperativa recebeu 3.607 pedidos de empréstimos, que totalizaram R\$ 11,8 milhões aos bancários. O empreendimento retine 4.766 cooperados, que encontram na entidade formas de buscar soluções mais humanas para pagamentos, despesas mensais ou investimentos.

SINDICATO CIDADÃO – Em 2016, o Sindicato travou luta de interesse de toda a sociedade brasileira e fundamental para a democracia e desenvolvimento do país: o combate às reformas trabalhista e da Previdência, contra a terceirização irrestrita (PL 4330, PLS 87/2010 e PLC 30/2015) e as privatizações; contra o PLS 555/2015 e em defesa dos bancos públicos; e na mobilização por emprego e garantia de direitos dos trabalhadores.

O Sindicato se mobilizou contra o Projeto de Lei do Senado 555 durante todo o ano. Com o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, que reúne representantes de trabalhadores de diversos setores, conseguimos negociar com alguns senadores a criação de um substitutivo ao PLS 555. Houve uma importante mudança: o fim da obrigatoriedade de que todas as estatais, federais, estaduais e municipais, se transformassem em sociedades anônimas; e também o fim da exigência de as empresas de economia mista não terem

mais ações preferenciais. Outra alteração no texto original foi a restrição da abrangência do Estatuto das Estatais, que só será obrigatório para empresas que tenham mais de R\$ 90 milhões de receita operacional bruta. Isso deixa de fora a maioria das estatais com menor porte.

Foi um ano no qual intensificamos a luta contra a terceirização. E diversas atividades foram feitas contra a aprovação, no Congresso e no Senado. Participamos do Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização – ao lado de juizes, representantes sindicais, ministros do TST e procuradores do Trabalho, entre outros –, para discutir estratégias conjuntas de enfrentamento da terceirização irrestrita. No fim do ano, o Sindicato também atuou de maneira firme para denunciar os riscos de uma decisão do STF, enviando carta aos ministros e mobilizando os trabalhadores.

A categoria também se posicionou contra a reforma trabalhista e a prevalência do negociado sobre o legislado, que acaba com a CLT ao permitir que convenções e acordos coletivos estejam acima da legislação.

Mantivemos nossa luta contra os juros altos e extorsivos cobrados pelos bancos e defendemos a redução da taxa Selic. O Sindicato também se posicionou contra a autonomia do Banco Central: o PLS 102/2007 prevê o BC com independência administrativa, econômica, financeira e técnica, livre para atender aos desejos do mercado.

Outras lutas defendidas pela categoria foram: a mobilização contra o PLS 131/2015 (PL 4567/2016), que retirou da Petrobras a exploração exclusiva do pré-sal; e a Proposta de Emenda à Constituição, a PEC 241 (55), que congelou gastos sociais por 20 anos.

Mantivemos, ainda, a luta contra a reforma da Previdência e as medidas anunciadas pelo governo, na retirada de direitos.

INTERNACIONAL – Em março, bancários do Citibank em três países (Brasil, Colômbia e Argentina) promoveram uma Jornada Internacional de Luta, para garantir a manutenção dos empregos. Por meio da Contraf-CUT e da UNI Finanças, os trabalhadores do Citi buscaram uma reunião com a direção mundial do banco para discutir a preservação dos postos de trabalho e a resolução de todas as irregularidades salariais que existem na instituição financeira no Brasil.

Pelo terceiro ano consecutivo, dirigentes sindicais bancários de países da América Latina reuniram-se em defesa dos bancos públicos, em Buenos Aires, na Argentina. A UNI América Finanças esteve junto nessa luta em defesa dos bancos públicos e como promotora dessa aliança pelo reconhecimento ao papel fundamental dessas instituições. Deste 3º Encontro da Aliança Latino-americana em Defesa dos Bancos Públicos saiu um manifesto em que Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Colômbia e Costa Rica – além de Espanha e Tunísia – comprometeram-se com a luta em defesa das instituições públicas brasileiras e com a discussão do papel do Estado, com governos desenvolvimentistas e voltados ao interesse coletivo.

Destaque também à participação no Comitê Mundial de Mulheres da UNI Global Union, em Buenos Aires, que tratou dos temas igualdade salarial, transversalidade de gênero nas entidades sindicais, empoderamento das mulheres e combate à violência.

Atuação na 4ª Conferência da UNI Américas, em Medellín, na Colômbia, que aprovou seu plano estratégico 2016-2020 para fortalecer a organização dos trabalhadores nas Américas e no Caribe e combater a onda neoliberal, que retornou com força, atingindo a classe a trabalhadora em todo o continente. E participação na 5ª Conferência UNI Américas Mulheres, em Medellín, e eleição de Lucimara Malaquias como vice-presidenta da UNI Jovem Américas.

Atuação também na XII Reunião de Redes Sindicais de Bancos Internacionais, no Chile.

Desempenho Social

1. Assessoria jurídica – O ano de 2016 foi de muita luta também na esfera jurídica para o Sindicato. Nesse período, a entidade orientou diversas ações em defesa dos trabalhadores que se sentiram lesados pelos empregadores, inclusive terceirizados.

O departamento jurídico atendeu 6.249 trabalhadores. Desse total, 2.053 (sendo 1.398 do Itaú, 599 do Santander e 56 do HSBC) utilizaram as Comissões de Conciliação Voluntária (CCVs). Outros 1.684 trabalhadores foram recebidos pelos advogados. Desses atendimentos, resultaram 986 reclamações trabalhistas individuais, 667 processos previdenciários e 49 ações coletivas.

Foram celebrados ainda 25 acordos coletivos para garantir a Participação dos empregados nos Lucros e/ou Resultados de bancos de investimentos e financeiras, com pagamentos adicionais e sem compensação sobre a PLR prevista na CCT. Outros instrumentos serviram para atender às condições específicas de cada instituição financeira, bem como para garantir a prorrogação da licença-maternidade e paternidade, a implantação do programa de prevenção de conflitos no ambiente de trabalho, a regularização do sistema alternativo eletrônico de controle de jornada de trabalho, a manutenção da Comissão de Conciliação Voluntária etc.

JURÍDICO – Um dos destaques foi um processo coletivo que durou mais de 23 anos contra o extinto Banerj. A ação resultou no pagamento de mais de R\$ 8 milhões a 844 trabalhadores. O pleito foi relativo ao não pagamento de diferenças salariais em 1993.

Em fevereiro, um ex-empregado da Fidelity, empresa especializada em sistemas eletrônicos de pagamento, foi reconhecido como bancário pela Justiça. Na ação, apoiada pela Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sindicato, o Itaú, foi considerado corresponsável e reconhecido o direito de o ex-funcionário receber, como horas extras, o período trabalhado que excedeu a jornada bancária, além de demais conquistas da categoria.

O Sindicato também conseguiu importante vitória na Justiça do Trabalho em benefício de cerca de 600 ex-bancários do Meridional, incorporados pelo Santander em 2000. O banco ficou devendo diferenças salariais e no vale-alimentação referentes ao período entre dezembro de 1990 e janeiro de 1991. Na época, o Sindicato entrou com ação coletiva exigindo a reparação e agora o processo chegou ao fim, sendo favorável aos trabalhadores.

Após 18 anos de luta na Justiça, uma bancária aposentada do Banespa fez

valer seus direitos. Em ação individual, impetrada em 1998 com apoio do Sindicato e agora com sentença favorável definitiva, a bancária recebeu: horas extras, auxílio-alimentação e cesta-alimentação a partir da aposentadoria, gratificação semestral, complementação da aposentadoria, além das multas normativas.

Mais uma batalha foi vencida pelos bancários do Itaú. O Tribunal Regional do Trabalho indeferiu recurso do banco contra sentença que havia condenado a instituição ao pagamento de R\$ 1 milhão de multa, entre outras determinações, por violações sistemáticas ao direito à saúde dos trabalhadores. Em ação impetrada pelo Ministério Público, com o Sindicato como testemunha e colaborador no fornecimento de provas, o Itaú foi condenado a cumprir integralmente as diretrizes do Ministério do Trabalho e Emprego que estabelecem requisitos ergonômicos para um ambiente de trabalho saudável.

DIREITOS RECUPERADOS – Somando todas as ações e acordos das Comissões de Conciliação Voluntária (CCV), o valor recuperado chega a R\$ 175,5 milhões. Na Justiça, entre janeiro e novembro de 2016 foram recuperados R\$ 56,5 milhões para cerca de 1,7 mil bancários beneficiados por ações individuais ou coletivas.

2. Comunicação – O Sindicato continua disponibilizando aos trabalhadores diversos meios de comunicação de qualidade, como a Folha Bancária – o mais antigo veículo de informação da entidade – de periodicidade bissemanal e que passa a ser diária durante períodos de greve. Também publicamos a Folha Bancária em Casa, Folha Bancária em Braille, jornais específicos por banco, cartilhas, folhetos e o Guia de Convênios.

As redes sociais ganharam força. A fanpage no Facebook (facebook.com/spbancarios) passou de 15.582 em 2015 para 43.650 em 2016. O alcance das publicações é cada vez maior, assim como a interação dos trabalhadores com a mídia social do Sindicato.

O número de acessos do site do Sindicato passou de 5.078.645 em 2015 para 7.173.189 em 2016. E o número de cliques passou de 13.839 em 2015 para 27.968 em 2016. No Twitter, passamos dos 14.263 e-mails cadastrados em 2015 para 21 mil em 2016.

O Momento Bancário com a Presidenta, programa de webtv, completou seis anos. E temos ainda o programa Contraponto, em parceria com blogueiros do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé.

O Sindicato também manteve apoio à Rede Brasil Atual – que inclui a Rádio Brasil Atual, Revista do Brasil, Jornal Brasil Atual e a TV dos Trabalhadores, a TVT – e produz informação alternativa ao conteúdo da grande mídia. Em junho, a Revista do Brasil completou 10 anos de circulação.

3. Cultura e cidadania – O Sindicato manteve o projeto CineB em parceria com a Brazucah Produções, cuja proposta é levar cinema nacional de qualidade e de forma gratuita à população carente de São Paulo, Osasco e região. Somente em 2016, foram 5.375 pessoas em 44 apresentações. No final do ano, em noite de festa, atores e atrizes, cineastas e representantes de comunidades participaram do 7º Prêmio CineB do Cinema Brasileiro.

4. Centro de Formação Profissional – Em 2016, o Centro de Formação disponibilizou diversas turmas para 808 alunos. Dos 13 cursos oferecidos, destacam-se entre os mais procurados pelos bancários os de CPA10 e CPA20.

5. Cedoc – As publicações do Sindicato são importante fonte de informação sobre a história da categoria bancária. E agora todas as edições da Vida Bancária (a nº 1 data de 1924) e também da Folha Bancária estão digitalizadas e disponíveis no site da entidade. No segundo semestre foi disponibilizado para consulta os jornais de banco, além de cartazes e adesivos que marcaram as diversas mobilizações ao longo dos anos.

6. Esporte e lazer – O número de bancárias e bancários envolvidos nas atividades esportivas promovidas pelo Sindicato também foi expressivo em 2016, chegando à participação de 4.798 trabalhadores. A entidade disponibilizou vagas, com inscrições gratuitas, para sindicalizados participarem do V Desafio dos Trabalhadores de Osasco e da Corrida Centro Histórico em São Paulo. Foi mantido o bom número de participantes nas tradicionais competições organizadas pela entidade: campeonato society em Osasco e em São Paulo; torneio de truco para todos os associados, pesca, pôquer, além da Copa de Futsal. A categoria comemorou o Dia do Bancário com uma grande festa na Quadra dos Bancários. E as festas do chope, em São Paulo e em Osasco.

Também nos mobilizamos com aulas públicas no centro de São Paulo, com debates em praças em defesa da democracia.

O Grêmio Recreativo Café dos Bancários manteve suas atividades a todo o vapor. Sempre com inovações no cardápio e atrações musicais ao vivo para agradar a todos os gostos, mais de 20 mil pessoas passaram pelo espaço no decorrer do ano.

7. Gestão financeira – Os investimentos na luta da categoria e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária só são possíveis devido à criteriosa e responsável gestão financeira da entidade. As questões passam por profunda análise e todas as ações contam com total transparência, por meio da divulgação dos balanços anuais e de prestação de contas que são apreciadas pelos sindicalizados em assembleias.

Recuperação de Direitos dos Bancários						
Tipos de Ações	Qtde. de Ações		Qtde. de Beneficiários		Valor das Ações em mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ações Coletivas	3	3	1.289	2.385	10.158.792	88.149.922
Ações Individuais	516	471	516	471	51.378.350	33.180.501
CCV	1.722	1.468	1.722	1.468	116.523.079	80.596.053
Total Global	2.241	1.942	3.527	4.324	178.060.221	201.926.476

Agregando valor à comunidade

a) ¹ Responsabilidades Sociais do Sindicato

Responsabilidades Sociais do Sindicato						
	2016			2015		
1. BASE DE CÁLCULO	R\$ mil			R\$ mil		
1.1 Receita Bruta – RB	88.715,43			103.500,47		
1.2 Superávit Operacional –SO	2.862,17			2.769,04		
1.3 Folha de Pagamento – FP	22.474,68			20.209,63		
2. INDICADORES LABORAIS	R\$ mil	%FP	%RB	R\$ mil	%FP	%RB
2.1.1 Alimentação	3.105,48	13,82	3,50	2.877,65	14,24	2,78
2.1.2 Encargos Sociais Compulsórios ²	4.489,96	19,98	5,06	4.299,19	21,27	4,15
2.1.3 Seguro de Vida	15,43	0,07	0,02	14,63	0,07	0,01
2.1.4 Convênio Médico	1.337,76	5,95	1,51	954,16	4,72	0,92
2.1.5 Complementação Auxílio-Doença	19,25	0,09	0,02	27,02	0,13	0,03
2.1.6 Auxílio-Creche	82,35	0,37	0,09	86,67	0,43	0,08
2.1.7 Vale-Transporte	292,38	1,30	0,33	256,48	1,27	0,25
2.1.8 Segurança no Trabalho (exames periódicos)	18,44	0,08	0,02	16,26	0,08	0,02
2.1.9 Desenv. Profissional e outros benefícios	273,22	1,22	0,31	319,28	1,58	0,31
Total = Indicadores Laborais (2.1.1 a 2.1.9)	9.634,27	42,87	10,86	8.851,34	43,80	8,55
3. INDICADORES SOCIAIS	R\$ mil	%SO	%RB	R\$ mil	%SO	%RB
3.1 Tributos (exceto encargos sociais)	462,24	16,15	0,52	423,84	15,31	0,41
3.2 Contribuições p/ a Cidadania	2.135,58	74,61	2,41	2.284,93	82,52	2,21
Total = Indicadores Sociais (3.1 a 3.2)	2.597,82	90,76	2,93	2.708,77	97,82	2,62
4. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
4.1 Estado Civil						
4.1.1 Solteiros	99	53	46	112	61	51
4.1.2 Casados	122	95	27	129	104	25
4.1.3 Divorciados/Desquitados	19	09	10	19	11	8
4.1.4 Viúvos	2	0	2	2	0	2
4.2 Formação Escolar						
4.2.1 Superior (pós-graduação e mestrado)	26	12	14	30	12	18
4.2.2 Superior (graduação)	91	62	29	95	66	29
4.2.3 Segundo Grau (Ensino Médio)	102	65	37	111	78	33
4.2.4 Primeiro Grau (Ensino Fundamental)	23	18	5	26	20	6
4.3 Faixa etária dos empregados						
4.3.1 Abaixo de 29 anos	17	10	7	23	14	9
4.3.2 De 30 até 40 anos (exclusive)	62	42	20	77	52	25
4.3.3 Acima de 40 anos	163	105	58	162	110	52
4.4 N° empregados no final período e por sexo	242	157	85	262	176	86
4.5 Cargos gerenciais ocupados por sexo	23	12	11	25	13	12
4.5.1 % cargos em relação totais homens/mulheres	10%	8%	13%	10%	7%	14%
4.5.2 % cargos em relação ao total de gerentes	100%	52%	48%	100%	52%	48%
4.6 N° de admissões no período		20			33	
4.7 N° de Dependentes		311			330	
4.8 N° de Estagiários		4			6	
5. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA						
5.1 Índice de afastamento em 2016	Auxílio-doença 5,37%			Acidente do trabalho 1,24%		
5.2 Nos processos de gestão os órgãos de decisão em 2016 e 2015 foram:						
● Projetos sociais desenvolvidos pelo Sindicato foram definidos				Pela diretoria e empregados		
● Padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos				Pela diretoria e empregados		
● Na seleção dos fornecedores os mesmos padrões éticos adotados pela Entidade				São sugeridos		
● Quanto à participação dos empregados em programas e campanhas sociais, o Sindicato				Apoia, organiza e incentiva.		

¹ Adaptação do Modelo Balanço Social desenvolvido pelo IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômica.

² Encargos compulsórios foram considerados apenas INSS e FGTS, as demais verbas sob essa denominação entendemos tratarem-se de direitos trabalhistas.

b) Renda Gerada e Distribuída

Demonstração Do Valor Adicionado - DVA (Em Reais)	2016	2015
1. RECEITAS	85.763.675	101.243.143
1.1 Receitas de Contribuições da Categoria	61.500.783	69.790.491
1.2 Receitas de Serviços e Periódicos	18.622.557	26.007.111
1.3 Outras Receitas	5.880.621	5.586.937
1.4 Perda p/ Créditos de Liq. Duvidosa – (Reversão/Constituição)	-240.286	-141.396
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	56.854.644	71.964.468
2.1 Insumos Consumidos nos Serviços Gráficos	9.521.708	14.356.833
2.2 Utilidades e Serviços	4.451.078	4.857.327
2.3 Material e Serviços de Terceiros	18.979.507	29.510.645
2.4 Despesas com Atividade Sindical	23.681.120	23.054.769
2.5 Perda de Valores Ativos	221.231	184.894
3. VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (1-2)	28.909.031	29.278.675
4. RETENÇÕES – (DEPRECIACÕES)	1.904.895	2.098.499
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	27.004.136	27.180.176
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	11.318.783	9.053.694
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	38.322.919	36.233.870
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	38.322.919	36.233.870
8.1 Pessoal (Remunerações, Direitos Trabalhistas e Benefícios) ³	22.636.958	20.795.239
8.2 Filiações e Projetos Sociais	6.265.531	6.350.745
8.3 Governo (Impostos, Taxas e Contribuições – INSS e PIS)	4.040.840	3.701.825
8.4 Financiadores	2.517.420	2.567.798
8.4.1 Juros e variações cambiais	1.942.970	2.177.709
8.4.2 Aluguéis	574.450	390.089
8.5 Superávit do exercício ⁴	2.862.170	2.818.263

Em análise da Demonstração do Valor Adicionado do Sindicato do exercício de 2016 podemos concluir que 66,29% de suas receitas das atividades operacionais agregaram recursos para a economia local, portanto, para gerar uma receita de R\$ 85,764 milhões, adquirimos recursos de terceiros, na forma de insumos, no valor de R\$ 56,855 milhões. Desse montante foram consumidos 16,75% na produção dos serviços gráficos, 33,38% em materiais e serviços de terceiros, 41,65% com despesas em atividades sindicais, 7,83% com despesas em utilidades e serviços, e 0,39% com perdas de ativos.

O valor adicionado líquido gerado como riqueza pelo Sindicato foi de R\$ 38,323 milhões, representando 44,68% da Receita Total, com a seguinte distribuição: 59,07% destinados aos empregados, 10,54% aos cofres públicos e, 16,35% às filiações e projetos sociais – totalizando 38,41% em relação à Receita Total que se reverteu em benefícios aos trabalhadores e à sociedade em geral, 6,57% são para remunerar capital de terceiros – financiadores, e 7,47% para reinvestir no Sindicato.

³ Nas despesas com pessoal, R\$31.427,84 foram investidos em auxílio educação em 2016, e R\$12.033,05 em 2015.

⁴ A partir do exercício de 2016 o superávit do exercício não sofrerá ajustes pela realização da reserva de reavaliação das máquinas e equipamentos gráficos, pois as mesmas estão totalmente realizadas.

Os benefícios oferecidos pelo Sindicato aos empregados, no montante de R\$ 6,751 milhões, representam 25,77% sobre a folha de pagamento bruta.

Evidencia-se, também, que do total das receitas do Sindicato, 71,71% vêm das contribuições da categoria bancária; 21,71% dos serviços gerados por suas atividades operacionais. As outras receitas (patrimonial, extraordinárias) contribuíram com 6,86%.

Agradecimento

Foi fundamental a inestimável participação e cooperação de inúmeras pessoas e entidades para que se pudesse traçar a bonita trajetória do Sindicato em 2016. Portanto, somos muito gratos aos dirigentes integrantes da diretoria, os quais foram muito firmes e seguros na tomada de

decisões de maior impacto. Nosso mais sincero muito obrigado aos associados da entidade e militantes sindicais pela confiança depositada nessa diretoria.

Nossos agradecimentos às entidades de classe, aos parceiros e a todos que, de alguma forma, participaram desse esforço para que o Sindicato se tornasse cada vez melhor.

E de uma forma especial expressamos o nosso reconhecimento ao quadro de funcionários que contribuiu com sua capacidade e dedicação durante todo ano para o cumprimento da missão da entidade.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo

CNPJ 61.651.675/0001-95

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em reais)

ATIVO	NE	2016	2015	PASSIVO	NE	2016	2015
CIRCULANTE		103.058.008,11	94.370.471,20	CIRCULANTE	3.km	24.590.635,20	22.703.144,22
Disponível		85.816.642,48	76.599.633,27	Parcelamento de Débitos Fiscais		146.828,16	678.643,14
Caixa e Bancos Conta Movimento		142.035,35	3.640.917,18	Fornecedores		1.845.129,75	2.744.335,81
Aplicação Liq. Imediata	3.b	85.674.607,13	72.958.716,09	Administração de Processos		14.265.702,08	11.046.432,09
				Impostos e Taxas a Recolher		342.286,01	342.920,21
Cientes	3.c	6.524.037,71	5.460.589,56	Encargos Sociais a Recolher		477.847,26	474.979,41
Duplicatas a Receber		6.754.204,41	5.646.934,53	Contas a Pagar e Outras Obrigações		5.722.152,29	5.705.524,06
Títulos Renegociados		13.269,50	3.469,50	Férias e Encargos a Pagar		1.790.689,65	1.710.309,50
(-) Perda p/ Créditos de Liq. Duvidosa		(243.436,20)	(189.814,47)				
Outros Créditos	3.d	9.166.139,29	9.567.169,19	NÃO CIRCULANTE	3.lm	65.744.192,90	67.392.248,23
Estoques	3.e	1.132.483,50	2.311.998,37	Parcelamento de Débitos Fiscais		0,00	146.828,16
Despesas Antecipadas	3.f	418.705,13	431.080,81	Cauções Recebidas (parceirização)		338.486,22	301.392,73
NÃO CIRCULANTE		47.745.125,12	53.331.056,26	Administração de Processos		44.160.169,90	44.940.169,90
Realizável a Longo Prazo	3.g	15.952.540,54	20.072.138,35	Provisão p/ Contig. Fiscais e Judiciais		21.245.536,78	21.731.362,76
Depósitos Judiciais / Tit. a Receber		15.952.540,54	20.072.138,35	Contas a Pagar e Outras Obrigações		0,00	272.494,68
Investimentos	3.h	2.373.516,56	2.338.757,81	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.no	60.468.305,13	57.606.135,01
Imóveis (não destinado ao uso)		1.439.232,00	1.439.232,00	Patrimônio Social		41.189.335,95	38.522.461,97
Quotas Capital Bancredi		928.657,01	863.898,26	Reserva Reavaliação		13.647.759,44	13.647.759,44
Outros Investimentos		5.627,55	35.627,55	Superávit Acumulado		5.631.209,74	5.435.913,60
Imobilizado	3.i	28.219.253,37	29.792.284,46				
Bens Imóveis		18.318.871,80	18.318.871,80				
Bens Móveis		39.088.442,27	38.928.919,45				
(-) Depreciação Acumulada		(29.188.060,70)	(27.455.506,79)				
Intangível	3.j	1.199.814,65	1.127.875,64				
Direito de Uso Software		1.160.392,58	1.088.453,57				
Marcas e Patentes		39.422,07	39.422,07				
TOTAL DO ATIVO		150.803.133,23	147.701.527,46	TOTAL DO PASSIVO		150.803.133,23	147.701.527,46

JUVANDIA MOREIRA LEITE
Presidenta

RITA DE CÁSSIA BERLOFA
Secretária de Finanças

MAURO ALVES SILVA
Contador - CRCSP 179520/O-3

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2015 (Em reais)

	2016	2015
RECEITA DAS OPERAÇÕES SOCIAIS BRUTA	88.715.425,02	103.500.474,72
Contribuição Social	31.737.902,68	30.561.058,07
Contribuições de Acordo Coletivo	13.144.195,05	14.508.297,68
Contribuições Processos Coletivos	1.147.134,45	9.250.594,73
Contribuição Sindical	18.112.911,66	17.516.537,56
Renda Patrimonial (excluído receitas financeiras)	349.562,43	362.501,50
Receitas Extraordinárias / Eventual	5.601.161,39	5.294.374,44
Receita de Serviços e Periódicos	18.622.557,36	26.007.110,74
Deduções das Receitas		
ISS sobre Faturamento	(242.024,41)	(274.850,05)
Devolução de Contribuições	(2.641.360,60)	(2.045.996,70)
Receita das Operações Sociais Líquida	85.832.040,01	101.179.627,97
Custos dos Serviços Gráficos Prestados	(15.113.623,74)	(20.749.581,53)
Superávit Bruto	70.718.416,27	80.430.046,44
Despesas (Receita) das Operações Sociais		
Despesas Administrativas	(46.099.987,79)	(54.304.672,08)
Despesas de Atividades Sindicais	(29.946.651,26)	(29.405.514,01)
Despesas de Venda de Serviços	(894.831,13)	(754.265,30)
Despesas Extraordinárias	(167.831,40)	-
Despesas Financeiras	(1.995.624,96)	(2.180.310,75)
Renda Patrimonial Financeira	11.248.680,39	8.983.755,32
Superávit do Exercício	2.862.170,12	2.769.039,62

JUVANDIA MOREIRA LEITE
Presidenta

RITA DE CÁSSIA BERLOFA
Secretária de Finanças

MAURO ALVES SILVA
Contador - CRCSP 179520/O-3

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em reais)

Movimentações	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31/12/2014	35.791.727,43	13.696.982,48	5.348.385,48	54.837.095,39
Ajustes de Exercícios Anteriores:				
Destinação do Superávit Acum. p/ Patrim. Social	2.730.734,54		(2.730.734,54)	-
Realização de Reservas		(49.223,04)	49.223,04	-
Superávit Líquido do Exercício 2015			2.769.039,62	2.769.039,62
Saldos em 31/12/2015	38.522.461,97	13.647.759,44	5.435.913,60	57.606.135,01
Ajuste de Exercícios Anteriores:				
Destinação do Superávit Acum. p/ Patrim. Social	2.666.873,98		(2.666.873,98)	-
Superávit Líquido do Exercício 2016			2.862.170,12	2.862.170,12
Saldos em 31/12/2016	41.189.335,95	13.647.759,44	5.631.209,74	60.468.305,13

JUVANDIA MOREIRA LEITE
Presidenta

RITA DE CÁSSIA BERLOFA
Secretária de Finanças

MAURO ALVES SILVA
Contador - CRCSP
179520/O-3

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Descrição	NE	2016	2015
Atividades Operacionais			
Superávit (Déficit) Líquido do Período		2.862.170,12	2.769.039,62
Depreciação e Amortização	3.i	1.904.895,22	2.147.721,75
Boixa de Imobilizado		167.831,40	-
Perda (Ganho) na Venda de Bens do Imobilizado		(74.329,21)	(122.762,54)
Superávit (Déficit) Líquido do Período Ajustado (Acréscimo) Decréscimo do Ativo Circulante:		4.860.567,53	4.793.998,83
Duplicatas a Receber	3.c	(1.117.069,88)	(366.126,17)
Perda por Créditos de Liquidação Duvidosa	3.c	53.621,73	107.346,94
Estoques	3.e	1.179.514,87	233.703,20
Outros Créditos de Curto Prazo	3.d	4.541.975,27	4.159.180,11
Total do (Acréscimo) Decréscimo do Ativo Circulante		4.658.041,99	4.134.104,08
Acréscimo (Décrecimo) do Passivo Circulante:			
Pagamento de Débitos PPI - ISS / ICMS	3.km	(678.643,14)	(1.137.044,04)
Aumento (Redução) de Fornecedores	3.km	(899.206,06)	(23.715,74)
Aumento (Redução) de Impostos a Recolher	3.km	(634,20)	44.680,26
Aumento (Redução) de Salários e Encargos Sociais	3.km	4.654,93	55.151,17
Aumento (Redução) de Férias a Pagar	3.km	80.380,15	109.147,20
Aumento (Redução) de Outras Obrigações a Pagar	3.km	2.769.660,82	26.819.092,09
Total do (Acréscimo) Decréscimo do Passivo Circulante:		1.276.212,50	25.867.310,94
1 - Caixa Líquido das Atividades Operacionais		10.794.822,02	34.795.413,85
Atividades de Investimentos			
Entradas			
Recebimentos por Venda de Bens do Imobilizado		114.546,71	264.600,00
Recebimentos por Venda de Investimentos Permanentes		30.254,86	917,20
Recebimentos (reversão) de Depósitos Judiciais	3.g	31.727,26	1.876.046,93
Saídas			
Aquisição de Investimentos Permanentes	3.h	(65.013,61)	(58.621,49)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	3.i	(611.852,04)	(906.604,55)
Depósitos Judiciais Efetuados	3.g	(40.699,14)	(913.376,19)
2 - Caixa Líquido da Atividade de Investimentos		(541.035,96)	262.961,90
Atividade de Financiamento			
Entradas			
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	3.lm	3.898.791,80	1.078.942,79
Saídas			
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	3.km	(4.935.568,65)	(1.526.513,67)
3 - Caixa Líquido da Atividade de Financiamento		(1.036.776,85)	(447.570,88)
CAIXA GERADO NO PERÍODO		9.217.009,21	34.610.804,87
4 - Saldo Anterior de Caixa ou Equivalente		76.599.633,27	41.988.828,40
5 - SALDO ATUAL DE CAIXA OU EQUIVALENTE		85.816.642,48	76.599.633,27

JUVANDIA MOREIRA LEITE
Presidenta

RITA DE CÁSSIA BERLOFA
Secretária de Finanças

MAURO ALVES SILVA
Contador - CRCSP
179520/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Atividade Operacional

Entidade de classe que prima pela ética, pela idoneidade, por prestígio e por credibilidade junto à categoria bancária. Tem como missão "visar melhorias nas condições de vida e de trabalho de seus representados, defenderem a independência e autonomia da representação sindical e atuar na manutenção e na defesa das instituições democráticas brasileiras." O seu patrimônio é constituído das contribuições devidas pelos que participam da categoria bancária - das mensalidades dos associados, dos bens e direitos adquiridos, e das rendas produzidas pelos mesmos; das doações e dos legados, das multas e de outras rendas eventuais.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as Normas e Legislação específicas às Entidades sem fins lucrativos emanadas do Conselho Federal de Contabilidade, Constituição Federal, CLT e Normas Estatutárias, e quando possível fundamentada na Lei 6.404/76 das Sociedades Anônimas aplicáveis às demais sociedades, alterada pela Lei 11.638/07 que altera, renova e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Para melhor entendimento, apresentamos algumas informações adicionais e quadros suplementares.

3. Principais Práticas Contábeis

a) *A apuração do resultado:* as receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência do exercício. Os custos dos materiais diretos das prestações de serviços gráficos são apropriados de acordo com o consumo na produção do material gráfico. A política adotada continua sendo de estoque mínimo e suficiente para o consumo.

b) *Aplicação Liquidez Imediata:* são aplicações financeiras que em suas maiores partes estão nos bancos Bradesco e Santander, as quais estão demonstradas ao custo acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço. São representadas por depósitos em contas poupanças e aplicações com resgates automáticos.

Agente Financeiro	2016	2015
Banco do Brasil	461.277,18	0,00
Banco Bradesco S/A	25.454.199,88	27.232.330,40
Banco Santander	32.998.455,44	27.805.400,25
Outros	26.760.674,63	17.920.985,44
Total	85.674.607,13	72.958.716,09

c) *Clientes:* corresponde a duplicatas a receber, títulos renegociados e recebimentos via cartão de crédito, os quais são demonstrados pelo valor nominal e constitui grande parte das importâncias relativas à prestação de serviços gráficos, impressão de periódicos e uma pequena parte são recebimentos na tesouraria, com prazos de vencimento para janeiro a março de 2017. O saldo das perdas para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 243.436,20 em 2016, e R\$ 189.814,47 em 2015. É constituída com base em experiências passadas, sendo que a constituição deste exercício foi de R\$240.286,02, julgado suficiente pela administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos em 2017.

Clientes a Receber			
Saldos vincendos	Vencimentos		
em 31/12/2016	30 dias	60 dias	90 dias
6.754.204,41	4.052.522,65	2.026.261,32	675.420,44

d) *Outros créditos:* estão representados basicamente por empréstimos a outras entidades de classes, atualizados pela correção monetária em 110% do CDI, aplicações financeiras vinculadas à garantia de créditos a terceiros e depósitos efetuados pelos escritórios jurídicos parceiros em cumprimento de cláusula contratual, adiantamentos a funcionários, adiantamentos a terceiros, contribuições a receber, aluguéis a receber e adiantamentos a dirigentes sindicais afastados sem remuneração com processo de reintegração. Em 2016 as contas desse grupo se mantiveram no mesmo patamar de 2015.

Outros Créditos	2016	2015
Títulos a Receber	3.798.738,13	3.743.738,13
Bancos Contas Vinculadas	338.486,22	301.392,73
Créditos de Funcionários	292.980,37	247.395,75
Outros Adiantamentos, Aluguéis a Receber	4.735.934,57	5.274.642,58
Total	9.166.139,29	9.567.169,19

e) *Estoques:* corresponde à matéria prima do parque gráfico, composto por papel para impressão, tinta para impressão, chapas, reveladores, fixadores, material auxiliar de produção e material para embalagem, os quais são avaliados com base no custo histórico de aquisição.

Estoques	2016	2015
Papel para Impressão	864.670,32	1.786.002,91
Tintas para Impressão	166.152,85	379.327,77
Chapas, Reveladores e Fixadores	42.736,74	69.000,77
Material Auxiliar de Produção	52.874,60	68.503,83
Material de Embalagem	6.048,99	9.163,09
Total	1.132.483,50	2.311.998,37

f) *Despesas Antecipadas:* correspondem a prêmios de seguros dos imóveis e veículos a apropriar, assinaturas de jornais e revistas a apropriar, vales: transporte, alimentação e refeição dos empregados a apropriar, todas as modalidades de despesas deste grupo são apropriadas de acordo com o regime de competência.

g) *Realizável a longo prazo:* corresponde a títulos a receber que são empréstimos a outras entidades de classes, depósitos recursais de ações judiciais é apresentado pelo valor nominal, incluindo, quando aplicável os rendimentos auferidos até a data do balanço. Em 2016 as contas desse grupo se mantiveram no mesmo patamar com exceção de títulos a receber que teve seu saldo reduzido.

Realizável a Longo Prazo	2016	2015
Títulos a Receber	12.189.948,75	16.318.518,44
Depósito Recursal	3.304.771,52	3.295.799,64
Ações de Bancários / Interdito	457.820,27	457.820,27
Total	15.952.540,54	20.072.138,35

h) *Investimentos:* corresponde a imóveis não destinados ao uso, quotas de capital da Bancredi, e outros investimentos em ações, são registrados ao custo de aquisição, atualizados ao valor de mercado quando aplicável. São compostos por imóveis destinados à renda, R\$1.439.232,00, aplicações em ações do sistema financeiro, R\$627,55, quotas de participação no capital da Editora Gráfica Atitude Ltda. R\$5.000,00, e quotas de participação no capital da BANCREDI, R\$928.657,01 em 2016, e (R\$863.898,26 em 2015).

i) *Imobilizado:* os bens imóveis, máquinas e equipamentos gráficos e veículos, estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos de reavaliação espontânea em 31/12/99, e assegurados nas modalidades: Civil, Roubo e Incêndio, em quantia equivalente ao mercado em caso de eventual sinistro. Os gastos com manutenção e reparo são registrados em contas de despesas quando incorridos.

Os demais itens que compõem o imobilizado estão contabilizados pelo custo original. A depreciação é calculada linearmente e apropriada somente sobre os bens móveis - máquinas e equipamentos gráficos a taxa variável conforme vida útil do bem determinado pelo Laudo Técnico; os veículos a taxa de 20% ao ano e, os demais bens móveis são depreciados normalmente. A direção adota como medida de redução de custos a substituição dos veículos, da frota do Sindicato, mais antigos por aquisições novas. Em 2016 adquiriu quatro novos veículos, em substituição aos mais antigos da frota.

Imobilizado	Depreciação do exercício	2016	2015
Terrenos	0,00	7.224.029,00	7.224.029,00
Construção e Edifícios	0,00	11.094.842,80	11.094.842,80
Máq. Equipos. Gráficos	1.261.606,39	31.363.216,28	31.436.826,81
Veículos	193.571,59	1.078.188,66	1.042.138,95
Móveis e Utensílios	129.001,68	1.945.735,16	1.927.552,87
Equipos. Comunicação, Segurança e Informática	205.010,13	2.730.133,29	2.644.209,98
Instalações	115.705,43	1.912.689,88	1.858.798,04
Bens em Andamento	0,00	58.479,00	19.392,80
Depreciação Acumulada Máq. Eqptos. e Veículos	0,00	-29.188.060,70	-27.455.506,79
Total	1.904.895,22	28.219.253,37	29.792.284,46

j) *Intangível:* Consiste nos direitos de uso de software e marcas e patentes registrados pelo custo de aquisição, com nova classificação contábil de acordo com determinação da Lei 11.638/07.

Intangível	2016	2015
Direito de Uso Software	1.160.392,58	1.088.453,57
Marcas e Patentes	39.422,07	39.422,07
Total	1.199.814,65	1.127.875,64

k) *Passivo Circulante:* corresponde a arrendamento mercantil de maquinário do parque gráfico, parcelamento de débitos fiscais composto pelo PPI - Programa de Parcelamento Incentivado, referente a débitos com a Prefeitura do Município de São Paulo e com o Governo do Estado de São Paulo, fornecedores de bens e serviços, administração de processos, encargos sociais a recolher, impostos e taxas a recolher, contas a pagar e outras obrigações e férias e encargos a pagar, são demonstrados por valores nominais, exigíveis nos próximos doze meses, e quando aplicável acrescidos, dos encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

l) *Passivo Não Circulante:* corresponde a arrendamento mercantil de maquinário do parque gráfico, parcelamento de débitos fiscais composto pelo PPI - Programa de Parcelamento Incentivado, referente a débitos de ISS com a Prefeitura do Município de São Paulo e de ICMS com o Governo do Estado de São Paulo, cauxões recebidas, administração de processos, provisão para contingências fiscais e judiciais, e contas a pagar e outras obrigações são demonstradas por valores nominais, exigíveis no exercício seguinte e quando aplicável acrescidos, dos encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

m) *Endividamento:* para entender o endividamento do Sindicato é necessário analisar as tabelas a seguir em conjunto, em 2016 o passivo do Sindicato está composto basicamente de compromissos assumidos oriundos de suas operações cotidianas, de créditos a favor dos bancários conforme segue:

Em 31/12/2016, a dívida total do Sindicato é de R\$ 90,335 milhões (2015 - R\$ 90,095 milhões) 100% em moeda nacional. Uma análise do perfil da dívida total do ano de 2016 em relação a 2015 mostra um acréscimo de 0,27%. As disponibilidades e aplicações também sofreram um acréscimo de 12,03%.

A dívida de curto prazo representa 27,22% da dívida total, constituindo-se de arrendamento mercantil de máquinas e equipamentos gráficos, parcelamento de débitos fiscais de ICMS, fornecedores, administração de processos que representa créditos de ações coletivas de bancários contra os bancos cujo comportamento é de curto prazo, obrigações fiscais, encargos sociais, e outras contas a pagar que não merecem destaques (2015 - R\$ 22,703 milhões, 25,20%), com prazos de pagamento até o final do período de 2017.

A dívida de longo prazo é composta de cauxões recebidas, administração de processos que representa créditos de ações coletivas de bancários contra os bancos cujo comportamento é de longo prazo, e provisões para cobrir contingências de ações fiscais e judiciais.

Descrição	Endividamento			
	31-Dez-16		31-Dez-15	
R\$ milhões	Moeda Local	Total	Moeda Local	Total
Curto Prazo	24.591	24.591	22.703	22.703
Longo Prazo	65.744	65.744	67.392	67.392
Endividamento Bruto	90.335	90.335	90.095	90.095
Caixa e Aplicação	85.817	85.817	76.600	76.600
Endividamento Líquido	4.518	4.518	13.495	13.495

RTC	Evolução da Administração de Processo			
	2016		2015	
R\$ milhões	Moeda Local	Total	Moeda Local	Total
Saldo 31/12	58.425.871,98	58.425.871,98	55.986.601,99	55.986.601,99
Saldo Inicial	55.986.601,99	55.986.601,99	32.640.273,93	32.640.273,93
Ingressos	72.633.573,33	72.633.573,33	128.581.930,50	128.581.930,50
Pagamentos	-70.194.303,34	-70.194.303,34	-105.235.602,44	-105.235.602,44
RTC e RTI = reclamação trabalhista coletiva e individual.				

Composição de Outras Contas e Obrigações a Pagar	2016		2015	
	Moeda Local	Total	Moeda Local	Total
Repasso de contribuições e rescisões	223.881,26	223.881,26	58.087,79	58.087,79
Créditos a restituir e não reclamados	668.471,10	668.471,10	682.306,63	682.306,63
Honorários, Ocupação, Utilidades e Serviços e Outras Despesas a Pagar	4.173.579,78	4.173.579,78	3.544.627,32	3.544.627,32
Arrendamento Mercantil a Pagar	656.220,15	656.220,15	1.692.997,00	1.692.997,00
Parcelamento de Débitos	146.828,16	146.828,16	825.471,30	825.471,30
Fornecedores	1.845.129,75	1.845.129,75	2.744.335,81	2.744.335,81
Impostos e Taxas a Recolher	342.286,01	342.286,01	342.920,21	342.920,21
Encargos Sociais a Recolher	477.847,26	477.847,26	474.979,41	474.979,41
Férias e Encargos a Pagar	1.790.689,65	1.790.689,65	1.710.309,50	1.710.309,50
Cauxões Recebidas (parcerização)	338.486,22	338.486,22	301.392,73	301.392,73
Provisão p/ Contingências Fiscais e Judiciais	21.245.536,78	21.245.536,78	21.731.362,76	21.731.362,76
Total	31.908.956,12	31.908.956,12	34.108.790,46	34.108.790,46

n) *Patrimônio Líquido:* é composto pelo patrimônio social de R\$41.189 milhões em 2016, que sofreu atualização de R\$2.667 milhões transferida de superávit acumulado, em 2015 seu valor era (R\$38.522 milhões), reserva de reavaliação R\$13.648 milhões em 2016 (R\$13.648 milhões em 2015) que está totalmente realizada de acordo com a depreciação dos bens reavaliados, e o saldo do superávit acumulado acrescido pelo superávit do exercício.

o) *Ajuste de exercícios anteriores:* no exercício de 2016 não houve lançamentos de ajuste de exercícios anteriores, houve destinação de R\$2.666.873,98 do saldo de superávit acumulado, para a conta de Patrimônio Social para composição do patrimônio social conforme deliberação de assembleia.

JUVANDIA MOREIRA LEITE
Presidenta

DIRETAS POR DIREITOS

PRINCIPAIS RISCOS DAS REFORMAS, QUE NA VERDADE SÃO DESMONTE

NEGOCIADO SOBRE LEGISLADO: VOCÊ VAI SEMPRE SAIR PERDENDO!

A lei atualmente determina que nada do que for negociado pode trazer perdas aos trabalhadores. Com a reforma trabalhista de Temer, o que for negociado com os patrões passará a valer sobre a lei, mesmo que signifique reduzir salários, aumentar jornada, alterar PLR, férias.

PERDA DE DIREITOS NA DEMISSÃO

Se você “concordar”, será demitido recebendo metade do aviso prévio (atualmente a CCT prevê até três salários, dependendo do tempo de casa) e da multa de 40% do FGTS. Ah, e não poderá ingressar no programa de seguro-desemprego.

DESCOMISSONAMENTO AUTORIZADO

Hoje, o empregado que recebeu gratificação por

dez anos ou mais tem direito a incorporar o valor ao salário se retornar à função anterior. Se a reforma passar, isso acaba.

DEMISSÃO SEM FISCALIZAÇÃO

A homologação da demissão de funcionários com mais de um ano de casa não precisará mais ser feita nos sindicatos. A entidade não poderá fiscalizar se os direitos estão sendo pagos, nem cobrar reversão de demissões na estabilidade (doentes, gestantes, pré-aposentadoria).

VALIDADE DOS ACORDOS EM RISCO

O projeto acaba com a ultratividade das normas coletivas, que mantém a validade dos acordos até que sejam concluídas as negociações das campanhas. Os direitos não estarão mais garantidos até a assinatura de um novo acordo.

FORMALIZAÇÃO DO "BICO"

Se a reforma passar, o “bico” estará institucionalizado. Os contratos de trabalho intermitente deixarão o trabalhador à disposição do empregador, mas recebendo apenas pelas horas trabalhadas. Permite jornadas de até 12 horas diárias e contratação temporária: o sonho dos bancos para cobrir os períodos de pico no atendimento.

MORRER TRABALHANDO?

Aposentadoria somente a partir dos 65 anos – e subindo a cada dois anos –, com no mínimo 25 anos de contribuição; benefício integral de aposentadoria somente para quem contribuir por pelo menos 49 anos. Apesar de estar em debate, o cerne da reforma da Previdência segue sendo a retirada de direitos, sem mexer nos privilégios dos que mais ganham.

BRDESCO

Banco defende reformas de Temer

Em nota, direção enaltece as mudanças nas leis trabalhistas e na Previdência Social que avançam no Congresso contra os direitos dos brasileiros; outros empresários também apoiam

O Bradesco distribuiu a alguns funcionários comunicado de “circulação interna restrita”, no qual enaltece retrocessos implementados pelo governo Temer.

O documento, assinado pelo economista chefe da empresa, Fernando Barbosa, destaca a “estimativa de crescimento econômico do país” no primeiro trimestre, e cita a liberação da terceirização irrestrita, as reformas trabalhista e da Previdência, e o congelamento dos gastos públicos como responsáveis pela diminuição da incerteza, “permitindo uma grande queda da inflação, corte dos juros e melhora da confiança de empresários e consumidores”.

“Essa nota reforça o que

nós dizemos todos os dias: não são os nossos interesses que estão sendo votados no Congresso, são os interesses dos empresários e dos banqueiros, dos industriais e dos latifundiários. E eles não têm o menor pudor de explicitar isso. O que está em jogo são os direitos trabalhistas e sociais conquistados ao longo de anos”, afirma Neiva Ribeiro, dirigente do Sindicato. “Essa reforma interessa aos banqueiros, não a nós trabalhadores.”

O Bradesco não está sozinho nessa empreitada. O dono do Itaú já havia defendido a reforma trabalhista, e outros setores empresariais declararam apoio às medidas que retiram direitos dos

trabalhadores, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). ✦

bit.ly/BradescoReformas

**ITAÚ**

Após cobrança, meta do atendimento é reduzida



Após cobrança do Sindicato, o Itaú recuou e apresentou novo contrato de metas de aderência para os bancários da Central de Atendimento. A nova proposta reduz de 97,8% para 92,5% o tempo em que os

atendentes precisam ficar à disposição ou nas ligações telefônicas.

A situação havia sido denunciada pelos bancários, já que a antiga diretoria da área descumpriu acordo sobre redução de aderência firmado com o Sindicato. Havia uma promessa de diminuição do tempo, mas o que se viu foi o aumento.

O Sindicato procurou o banco, que resolveu voltar atrás. A nova diretoria da Central de Atendimento reuniu-se com representantes da entidade e confirmou a redução para 92,5% a partir de junho.

“O diálogo com a nova diretoria foi muito bom até agora, e esperamos que essa relação continue positiva para que a qualidade do trabalho para o agente de atendimento seja melhor”, disse o dirigente sindical Sérgio Lopes, o Serginho.

O dirigente pede para que os bancários acompanhem de perto a situação e denunciem ao Sindicato caso haja alguma irregularidade. Os bancários podem procurar a entidade pelos vários canais oferecidos: o Assuma o Controle (www.spbancarios.com.br/denuncias), a Central de Atendimento (3188-5200), WhatsApp (11 97593-7749) ou diretamente a algum dirigente. ✦

PREVISÃO DO TEMPO

ter	qua	qui	sex	sáb
17°C 22°C	17°C 25°C	14°C 23°C	10°C 19°C	12°C 20°C

PROGRAME-SE

MONTE SEU TIME



Ainda dá tempo de se inscrever para a XXI Copa de Futsal dos Bancários 2017. Basta pedir o formulário pelo edsonpiva@spbancairos.com.br e pagar a

taxa de R\$ 50 por equipe. A competição tem início previsto para o dia 24 de junho, e as partidas acontecem na Quadra dos Bancários (Rua Tabatinguera, 192, Centro). Outras informações pelo 3188-5338.

PREPARE-SE PARA ANBIMA

Começa no sábado 3 mais uma turma do curso de CPA-20 na sede do Sindicato (Rua São Bento, 413, Centro). As aulas são aos sábados, das 8h às 17h, e vão até 8 de julho. Investimento de R\$ 1.320, mas bancários sindicalizados pagam R\$ 660. O material didático já está incluído no valor. Interessados devem se inscrever pelo 3188-5200.

CURSO DE INGLÊS

Na sexta-feira 2, a escola de inglês Minds English School estará na sede do Sindicato das 10h às 16h, tirando dúvidas e realizando sorteio de brindes e bolsas de estudo. Bancários sindicalizados já contam com 49% de desconto nos cursos das unidades Vila Medeiros, Parque São Lucas, Vila Diva, Vila Mariana e Vila Olímpia. Outras informações pelo 2201-6154.

REVELAÇÃO DO SAMBA

A sambista Grazi Brasil, destaque do Carnaval 2017 como intérprete da Vai Vai, sobe ao palco do Café dos Bancários na sexta-feira. A cantora e atriz faz uma pausa no Musical Cartola, em cartaz no Rio, para alegrar o espaço. A apresentação começa às 20h. O espaço é exclusivo para bancários e seus convidados (Rua São Bento, 413, Centro).

ÁGUA NA BOCA



Para espantar o frio do inverno está aberta no Café a temporada de caldos! Pratos de variados sabores

saem por R\$ 20 e são servidos diariamente a partir das 14h30. Bancários sindicalizados ainda têm 10% de desconto na hora de pagar a conta.

CIDADANIA

Violência na cracolândia

Doria e Alckmin usam bombas e balas para tratar problema de saúde pública; entidades de defesa dos direitos humanos criticam ação



Cerca de 50 policiais civis e 450 PMs, incluindo a Tropa de Choque, usando bombas de efeito moral e balas de borracha. Foi assim que o prefeito João Doria, em ação conjunta com o governador Geraldo Alckmin, tratou um problema de saúde pública: a concentração de dependentes químicos na região da Luz, conhecida como Cracolândia. A operação, no domingo 21, foi considerada extremamente violenta por entidades de defesa dos direitos humanos. O saldo foram pelo menos 80 pessoas presas, entre elas 69 usuários.

No mesmo dia, o prefeito anunciou o fim do programa De Braços Abertos, que oferecia moradia, alimentação, trabalho e tratamento para dependentes, premiado

pela ONU e OEA.

A operação de Doria previa ainda a internação compulsória dos usuários de crack, mas foi proibida pela Justiça no domingo 28.

Demolição com gente em casa

A violência continuou nos dias seguintes, com casas arrombadas, expulsão de moradores, demolição de prédios, inclusive com pessoas dentro, que ficaram feridas. Tudo para, segundo denúncias, dar prosseguimento ao projeto de especulação imobiliária no local, chamado por Doria de “Nova Luz”.

O Conselho Regional de Psicologia criticou em nota o propósito “higienista” do prefeito e afirmou que o uso de álcool e drogas é uma questão de saúde pública e não de polícia. O Movimento Nacional de Direitos Humanos também fez duras críticas: “Quando a gestão pública deixa de usar o decreto administrativo para finalizar os programas e passa a usar a Tropa de Choque, balas de borracha e bombas de gás com cães e tratores com inscrição de “redenção” nos vimos diante de um Estado violento, fascista e desumano”.

CUT inaugura espaço de acolhida ao migrante

Começou a funcionar na sexta 26, na capital paulista, o Espaço Migrantes, um centro unificado de atendimento social, previdenciário e trabalhista, voltado ao acolhimento dos trabalhadores oriundos de outros países e suas famílias. O local é resultado de uma parceria entre a CUT (Central Única dos Trabalhadores), CDHIC (Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante) e Inca-Patronato, instituto ligado à central sindical italiana CGIL.

Será possível ao migrante ter orientações que vão desde como ter acesso à aposentadoria, com base em acordos previdenciários que o Brasil mantém com outros países, até onde recorrer diante da dificuldade de acesso aos serviços de saúde e educacionais.

Fica na Rua Dr. Alfredo Ellis, 68, Bela Vista. Atende de segunda a sexta, das 9h às 13h. Mais informações pelo (11) 3284-6065.

